



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 21 de janeiro de 2013

| | |
|---|---|
| JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil | 1 |
| OPINIÃO | |
| JORNAL DO COMMERCIO Estaleiros podem aportar R\$ 48 bi | 2 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO Estaleiros podem aportar R\$ 48 bi (continuação)..... | 3 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO Ronaldo Castro | 4 |
| JORNAL DO COMMERCIO Pedrinho Aguiar | 5 |
| DIÁRIO DO AMAZONAS Editorial | 6 |
| OPINIÃO | |
| DIÁRIO DO AMAZONAS PLR deve pagar R\$ 250 milhões aos trabalhadores do Polo Industrial | 7 |
| ECONOMIA | |
| DIÁRIO DO AMAZONAS PLR deve pagar R\$ 250 milhões aos trabalhadores do Polo Industrial (continuação) | 8 |
| ECONOMIA | |

Frente & Perfil

Risco

Empresas do setor de componentes, instaladas no Pólo Industrial de Manaus, andam reclamando de lentidão da Suframa na revisão dos Processos Produtivos Básicos, o que estaria comprometendo o funcionamento delas. Algumas ameaçam até mesmo fechar as portas, desempregando centenas de trabalhadores. O assunto é grave e exige a atenção até mesmo do Governo do Estado, que perderia arrecadação se o encerramento das atividades destas indústrias se confirmar.

trabalhando e também não abre mão dos períodos de descanso. Para alguns, um defeito. Para outros, uma rara qualidade.

Férias

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, ainda não entrou no assunto. Ele está de férias durante todo o mês. Aliás, a postura da autoridade no cargo surpreendeu os funcionários e empresários, porque, ao contrário dos antecessores, ele não abre mão da vida pessoal. Preserva a hora do almoço para a família, não avança pela noite

Estaleiros podem aportar R\$ 48 bi

Juliana Geraldo

Sete novos estaleiros prospectam negócios para 'aportar' no Amazonas até 2015.

A estimativa, de acordo com o presidente do Sindnaval (Sindicato da Indústria Naval, Náutica, Offshore e Reparos do Amazonas), Matheus Araújo, é de injeção de mais de R\$ 48 bilhões na economia do estado após três anos de produção.

O incremento corresponde a cerca de 70% do faturamento do PIM em 12 meses, considerando os números do ano passado (R\$ 69 bilhões).

"A expectativa do início da construção do Polo Naval este ano despertou o interesse de investidores estrangeiros que aceleram as negociações para se instalar aqui. Quando chegarem ao ápice da produção, previsto para 2017, os sete juntos podem movimentar 70% do que o PIM registra hoje em termos e faturamento", informou.

Se os contratos forem fechados, serão quatro grandes estaleiros internacionais, principalmente de origem europeia e três brasileiros, entre eles, um para construir embarcações militares.

O dirigente também calcula que, para se fixar no novo distrito, os empresários invistam entre R\$ 8 e R\$ 10 bilhões.

Além disso, a indústria de navieças também deverá movimentar o setor. "O estaleiro nada mais é do que uma montadora. Mas é essa indústria, a que fabrica os equipamentos utilizados no navio, que proporciona grandes incrementos no setor. É um mercado bilionário", comemora.

Segundo Matheus Araújo, a intenção é transformar o Amazonas em um Hub Center. "O hub center é a concentração de serviços e negócios em um só lugar, que é referência para todos os outros. O que nós planejamos e estamos nos preparando para ser um hub center de conserto de navios no Brasil. Temos águas calmas, profundas e isenção alfandegária, todos os elementos para nos tornarmos o centro de referência da indústria naval brasileira", avaliou.

Mão de obra

Há ainda a geração de mão

de obra, com a vinda das empresas. "Um estaleiro grande tem, no mínimo, 5 mil pessoas trabalhando ao longo de 24 horas, o que significa uma criação mínima de 35 mil novas oportunidades no setor", conta o representante.

Mas para preencher as vagas, o estado ainda precisa formar os profissionais. "No início vai vir muita gente de fora. Não temos profissional especializado", lamenta.

Matheus Araújo explica que o segmento tem trabalhado junto às universidades e escolas profissionalizantes para que cursos como Engenharia Naval sejam oferecidos. "A UEA já oferece o curso de engenharia naval e a Ufam, em 2014, vai realizar vestibular para a área. Também estamos em conversa avançada com o Ifam e a Capitania dos Portos do Rio de Janeiro para formar técnicos em construção naval", adiantou.

Setor Ancorado

Entretanto, para que todos esses investimentos se tornem realidade, a pedra fundamen-

Números



INFRAESTRUTURA

* São necessários R\$ 14 milhões para construir 1 km de estrada.

* A primeira via de acesso, projetada pelo setor teria 18 km com custos de cerca de R\$ 252 milhões.

* As novas propostas podem modificar os gastos com a via de acesso que pode chegar a custar R\$ 756 milhões.

Estaleiros podem aportar R\$ 48 bi (continuação)

tal, que marca o início da construção do chamado Distrito 3 –área que vai receber todas essas empresas –precisa ser lançada.

O início das obras foi prometido para o ano passado, mas o prazo não foi cumprido.

“Já estamos em contato com estaleiros espanhóis, coreanos e noruegueses, mas todos eles estão, literalmente, ancorados esperando a construção do polo”, desabafa.

Ele explica que algumas burocracias emperraram o processo. “Nós tínhamos feito um estudo para projetar a via de acesso de 18 km ao local onde o distrito seria erguido. Porém, em dezembro de 2012, recebemos a notícia de que parte da via de acesso traçada estava dentro do terreno do exército, mais especificamente dentro da área do CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva) e eles pediram uma alteração no caminho”, detalhou.

Anteriormente o custo para abrir a via estava calculado em R\$ 118 milhões. Com o desvio solicitado pelo Exército, os gastos triplicaram.

“Estamos dialogando com o Exército para resolver a questão e não atrasar ainda mais o início das obras”, disse.

A previsão é que o assunto seja definido até fevereiro para que o projeto volte a sair do papel, mas uma nova data para o lançamento da pedra fundamental, ainda não foi definida.

Por dentro

EXPECTATIVA PARA 2013

- ✓ Um crescimento de no mínimo 10% ao ano no faturamento;
- ✓ Geração de 13 mil postos de trabalho diretos entre 2013 e 2014.



As indústrias do PIM hoje, não olham para as potencialidades regionais. A construção do polo naval é justamente isso: uma alternativa para a Zona Franca de Manaus, por isso sua concretização é tão fundamental. A partir do momento em que for implantado, o Distrito 3 dará um impulso enorme para a economia do estado. A única preocupação grande é em relação a mão de obra. Não sabemos se vamos conseguir formar profissionais qualificados a tempo de o polo ficar pronto

Nelson Azevedo,
vice-presidente da Fieam

Ronaldo Castro

APROXIMAÇÃO

O gerente-geral do Tropical Hotel, Antônio Maglione, recebeu o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, para o almoço no restaurante Tukano. Em seguida, eles visitaram as obras de recuperação de duas alas do hotel que muito em breve serão reinauguradas. Ao sair, Thomaz disse estar surpreso com o que está acontecendo no tradicional hotel da Ponta Negra. O gerente Antônio Maglione garantiu que dentro de alguns dias terá mais 40 apartamentos totalmente recuperados e remodelados.



Pedrinho Aguiar

DE OLHO NO PIM

O vice-presidente da Specialized Bicycle, Robert Margevicius, visitou ontem, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) para investigar o potencial de produção de bicicletas no Polo Industrial de Manaus (PIM). Sediada em Morgan Hill - Califórnia, a empresa produz bicicletas de alta performance e acessórios para ciclistas. Segundo Robert Margevicius, a Specialized possui 480 modelos de bicicleta para garantir a melhor performance para cada público. "Nossos produtos são de alta qualidade e prezamos essencialmente pela segurança e integridade dos usuários", disse. À tarde, o empresário reuniu-se na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e teve sua programação de visitas acompanhada por profissionais da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan).

Editorial

Busca pela produtividade

A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) é uma conquista dos trabalhadores e que na indústria do Amazonas ganha força a cada ano.

As discussões em torno do valor adicional nos salários dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus (PIM) neste ano apontam para R\$ 250 milhões, valor 38% que o pago no ano passado.

Na ponta do lápis, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, serão R\$ 70 milhões a mais que os R\$ 180 milhões acordados com 150 fábricas em 2011. O valor é considerável, uma conquista, mas longe do que poderiam contribuir as cerca de 550 empresas instaladas no PIM.

Para o empregador, o valor é parte do faturamento alcançado com a meta de crescimento definida para o referido ano. Para os trabalhadores, a PLR é um estímulo à produtividade e um importante reforço financeiro no final do ano.

Esse, portanto, é um benefício que atende tanto patrão quanto trabalhadores, mas que ainda enfrenta

Para o empregador, o valor é parte do faturamento alcançado com a meta de crescimento

resistência. Para muitos empregadores, essa é uma despesa maior, a redução nos lucros. Na visão da administração moderna, que prima pelo bom ambiente de trabalho, por colaboradores satisfeitos, o valor adicional nos contracheques é uma ferramenta importante para se alcançar faturamentos, desempenhos melhores que o

Para os trabalhadores, a PLR é um estímulo à produtividade e um importante reforço no orçamento

da concorrência.

Em se tratando de um polo incentivado pelo poder público, portanto com recursos públicos, vale ressaltar que a PLR é uma contrapartida a mais aos incentivos fiscais dados aos que se instalam em Manaus. O pagamento do benefício não é obrigatório, mas demonstra o compromisso do empregador

com os trabalhadores locais, que anualmente ajudam o mesmo polo industrial faturar bilhões de dólares.

Mas não é apenas o valor a mais no final do ano que contribui para a consolidação de uma equipe de colaboradores comprometidos com a produtividade e qualidade, com o sucesso de uma corporação. Um ambiente de trabalho sadio, relacionamento interpessoal baseado no respeito e a valorização profissional através, por exemplo, do estímulo ao aperfeiçoamento profissional também são fundamentais. São empresas com esse tipo de gestão que costumam se destacar.

PLR deve pagar R\$ 250 milhões aos trabalhadores do Polo Industrial

s trabalhadores do Polo Industrial de Manaus (PIM) devem receber um montante de R\$ 250 milhões referentes à Participação de Lucros e Resultados (PLR) das fábricas locais. A informação é do Sindicato dos Metalúrgicos (Sindmetal), ao ressaltar que os novos acordos com as empresas acarretarão em um aumento da ordem de 38,8% no pagamento do benefício, em relação ao ano passado.

Segundo o presidente do Sindmetal, Valdemir Santana, enquanto em 2012 os operários receberam um montante de R\$ 180 milhões, neste ano a entidade espera distribuir R\$ 70 milhões a mais em participação do faturamento das empresas.

Santana afirmou que no ano passado, o sindicato conseguiu firmar acordo com 150 empresas. Em 2013, a expectativa do dirigente é conseguir fechar o pagamento da participação em 200 companhias do PIM.

A concessão da PLR é amparada por lei, mas não obriga as empresas a conceder esse benefício. Os R\$ 180 milhões pagos aos trabalhadores em 2012 são resultado das negociações e acordos entre a direção do sindicato e as companhias. As mesas de negociações são acompanhadas por representações dos empregados.

Em anos anteriores, a PLR foi negociada, em alguns casos, depois que trabalhadores resolveram cruzar os braços. Mas, nesse ano, Valdemir Santana revelou que a direção da entidade vai se antecipar e, já nesta semana, pretende sentar com os gestores das grandes empresas, como a Moto Honda da Amazônia, para negociar o pagamento do benefício.

Além disso, Santana, que também é presidente regional da Central Única de Trabalhadores (CUT), comemorou a

nova norma do desconto de Imposto de Renda para quem recebe o benefício. Pela regra recém-anunciada, quem receber até R\$ 6 mil em PLR ficará isento de qualquer imposto. Atualmente, é cobrada uma alíquota de 27,5% para todas as faixas do benefício. Se o pagamento da PLR ocorrer em mais de uma parcela, o imposto precisa ser recalculado, com base no total da participação nos lucros recebida.

Conforme o presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Athaydes Mariano Félix, é preciso lembrar que boa parte das empresas do PIM, no ano passado, não apresentou resultados tão satisfatórios.

“A concorrência está fazendo com que a margem de lucro seja baixa. A PLR não é obrigatória e o potencial de conceder isso é diferente para cada em-

PLR deve pagar R\$ 250 milhões aos trabalhadores do Polo Industrial (continuação)

nova norma do desconto de Imposto de Renda para quem recebe o benefício. Pela regra recém-anunciada, quem receber até R\$ 6 mil em PLR ficará isento de qualquer imposto. Atualmente, é cobrada uma alíquota de 27,5% para todas as faixas do benefício. Se o pagamento da PLR ocorrer em mais de uma parcela, o imposto precisa ser recalculado, com base no total da participação nos lucros recebida.

Conforme o presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Athaydes Mariano Félix, é preciso lembrar que boa parte das empresas do PIM, no ano passado, não apresentou resultados tão satisfatórios.

“A concorrência está fazendo com que a margem de lucro seja baixa. A PLR não é obrigatória e o potencial de conceder isso é diferente para cada em-

VALORES

27%

▼ **é o valor da alíquota cobrada atualmente** para todas as faixas da Participação de Lucros e Resultados (PLR). Quem receber até R\$ 6 mil em PLR ficará isento de qualquer imposto.

presa. Existem algumas que condicionam o pagamento do benefício a faltas, ao trabalho com baixa qualidade, ou quem não colabora com a diminuição de rejeito de material. Essas são variáveis que as empresas colocam”, explicou Félix.

De acordo com o Athaydes Mariano Félix, geralmente o pagamento fica por volta de

R\$ 180

▼ **milhões foram pagos aos trabalhadores do PIM** no ano passado, em participação do faturamento das empresas.

70% do salário nominal. “Algumas empresas maiores, de motocicletas, por exemplo, oferecem PLR de até R\$ 10 mil. Mas isso vai muito da negociação, que as empresas fazem de forma isolada, porque cada uma tem uma realidade. O que podemos garantir é que as fábricas estão cada vez mais abertas a pagarem a PLR, independen-

te de obrigação da lei”, completou o dirigente da Fieam.

O chefe da seção de Relação do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Francisco das Chagas, explicou que existem duas formas de negociação da PLR. A primeira por meio do órgão, que protocola o acordo via convenção coletiva, e outro através de comissão criada pelo sindicato da classe, que não chega a passar pela SRTE.

Segundo Chagas, o primeiro tipo é menos comum, por isso, a superintendência tem pouco controle sobre o que é acordado entre as empresas e os trabalhadores. “Quando é feito acordo e não há pagamento, isso pode gerar uma autuação. Como a convenção tem status de lei, a briga pode ir para a Justiça. Mas raramente temos reclamação de não pagamento do benefício”, disse Chagas.